

NC ENERGIA S.A.

CNPJ nº 04.023.261/0001-88 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.



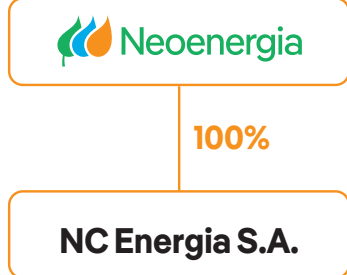
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados, Ao apresentar os resultados de 2024, a NC Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. NC ENERGIA

A NC Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a comercialização de energia, sendo concebida para operar na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e junto aos clientes livres, autoprodutores, cogeneradores de energia e demais agentes do setor. A NC Energia atua na venda e gestão de energia, oferecendo todo o suporte nas etapas de viabilidade e processo de migração para o mercado livre de energia. Promove leilões de compra ou venda de energia e oferece serviços como gestão integrada de energia, gerenciamento de riscos, representação de consumidores e geradores e viabilização de projetos energéticos. Também atua na comercialização de créditos de carbono e demais créditos de energia renovável.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2024, a NC comercializou 8,4 TWh de energia dentro esta comercialização 5,5 TWh foram para clientes finais, alinhada à nova estratégia comercial da Companhia, que a partir de 2019 direciona seu foco para o atendimento a clientes finais, fomentando o crescimento sustentável da área de geração renovável do Grupo.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

| Resultados Econômico-Financeiros - R\$ mil (R) | 2024 | 2023 | Variação % |
|--|-----------|-----------|------------|
| Receita Operacional Bruta | 1.633.548 | 1.656.610 | (1,39) |
| Receita Operacional Líquida | 1.396.677 | 1.427.440 | (2,16) |
| EBITDA | 29.201 | 46.908 | (37,75) |
| Resultado Financeiro | 2.144 | 5.199 | (58,76) |
| Lucro Líquido | 28.143 | 48.310 | (41,74) |
| Margem EBITDA (%) | 2,09% | 3,29% | (36,38) |
| Margem Líquida (%) | 2,01% | 3,38% | (40,46) |

Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

| Informações Patrimoniais - R\$ mil (R) | dez/24 | dez/23 | Variação % |
|--|----------|----------|------------|
| Ativo Total | 775.710 | 742.197 | 4,52 |
| Dívida Bruta | 69.363 | 80.020 | (13,32) |
| Dívida Líquida ⁽²⁾ | (15.290) | (44.198) | (65,41) |
| Patrimônio Líquido | 418.040 | 398.269 | 4,96 |

Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

| Indicadores Financeiros de Dívida | dez/24 | dez/23 | Variação (p.p.) |
|-----------------------------------|--------|--------|-----------------|
| Dívida Líquida/EBITDA | (0,52) | (0,94) | 0,42 |
| EBITDA/Resultado Financeiro | 13,62 | (9,02) | 22,64 |

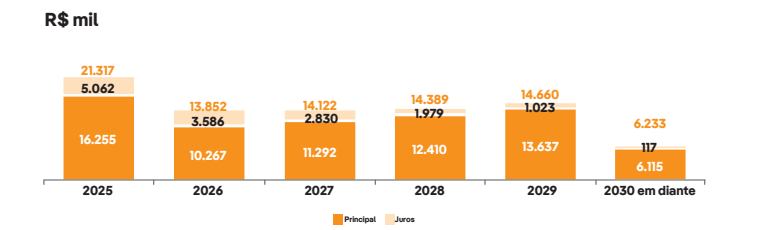
Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

| Conciliação EBITDA - R\$ mil (R) | 2024 | 2023 | Variação (R\$) | Variação (%) |
|--|---------------|---------------|-----------------|----------------|
| Lucro Líquido (A) | 28.143 | 48.310 | (20.167) | (41,74) |
| Imposto de Renda e CSL - Corrente e diferido (B) | 522 | (2.809) | 3.331 | (118,58) |
| Amortização e Depreciação (C) | (3.724) | (988) | (2.736) | 276,92 |
| Recursos Financeiros (D) | 13.097 | 17.874 | (4.777) | (26,73) |
| Outros Resultados Financeiros Líquidos (E) | (12.605) | (15.105) | 2.500 | (16,55) |
| Outros Resultados Financeiros Líquidos (F) | 1.652 | 2.430 | (778) | (32,02) |
| EBITDA = A-(B+C+D+E+F) | 29.201 | 46.908 | (17.707) | (37,75) |

Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia possui endividamento contratado junto ao BNDES e via debêntures de infraestrutura, com amortização linear ao longo dos anos.



5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda ("Deloitte"), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 (sessenta) meses. Em 2024, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 77.240,19, referentes à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais). A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela NC Energia S.A. ("NC Energia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade de NC Energia e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita de NC Energia. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções de NC Energia sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

| Notas | 2024 | 2023 | |
|---|---------------|--------------------|--------------------|
| Receita operacional, líquida | 3 | 1.396.677 | 1.427.440 |
| Custos dos serviços | 4 | (1.325.310) | (1.353.710) |
| Custos com energia elétrica | | (1.325.310) | (1.353.710) |
| Lucro bruto | 9,2 | 71.367 | 73.730 |
| Perda de crédito esperadas | | 245 | (542) |
| Despesas com vendas | | (40.374) | (23.744) |
| Outras receitas (despesas) gerais e administrativas | | (34.944) | (34.314) |
| Equivalência patrimonial | | 29.183 | 31.092 |
| Lucro operacional | 10 | 25.477 | 45.920 |
| Resultado financeiro | 6 | 2.144 | 5.199 |
| Receitas financeiras | | 13.097 | 17.874 |
| Despesas financeiras | | (12.605) | (15.105) |
| Outros resultados financeiros, líquidos | | 1.652 | 2.430 |
| Lucro antes dos tributos | 7,1.1 | 27.621 | 51.119 |
| Tributos sobre o lucro | | 522 | (2.809) |
| Corrente | | (777) | (2.622) |
| Diferido | | 1.299 | (812) |
| Lucro líquido do exercício | 28.143 | 48.310 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

| 2024 | 2023 | |
|---|----------------|----------------|
| Lucro líquido do exercício | 28.143 | 48.310 |
| Outros resultados abrangentes | | |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado: | | |
| Hedge de fluxo de caixa | 48 | (13) |
| Tributos diferidos sobre resultados abrangentes | (16) | 4 |
| Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado | 32 | (9) |
| Itens que serão reclassificados para o resultado: | | |
| Hedge de fluxo de caixa | (2.605) | (10.621) |
| Impostos diferidos sobre resultados abrangentes | 885 | 3.611 |
| Total dos itens que serão reclassificados para o resultado | (1.720) | (7.010) |
| Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos | (1.688) | (7.019) |
| Resultado abrangente do exercício | 26.455 | 41.291 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NC Energia S.A. ("NC Energia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a comercialização de energia, sendo concebida para operar na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e junto aos clientes livres, autoprodutores, cogeneradores de energia e demais agentes do setor. A Companhia atua na venda e gestão de energia, oferecendo todo o suporte nas etapas de viabilidade e processo de migração para o mercado livre de energia. Promove leilões de compra ou venda de energia e oferece serviços como gestão integrada de energia, gerenciamento de riscos, representação de consumidores e geradores e viabilização de projetos energéticos. A Companhia foi constituída em 16 de agosto de 2000, sendo autorizada a operar pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em novembro de 2000, tendo o início de suas operações no mercado a partir de junho de 2001. **1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais:** As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A., em abril de 2024, compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no propósito e valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Neoenergia S.A. é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. **1.1.1 Gestão de riscos financeiros e mercado:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco líquido e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins pro-teção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: - Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*; - O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; - Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; - Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; - A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

| Riscos | Origem da exposição | Gestão |
|---|--|---|
| Risco de taxa de câmbio | Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL. | Operações de swap e a termo. |
| Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários) | Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a CDI. | Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários. |
| Risco de preços de produtos e insumos | Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> de energia elétrica, e outros produtos. | Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes às projeções internas; ou operações a termo. |
| Risco de crédito | Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros. | Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes. |
| Risco de liquidez | Obrigações contratuais ou assumidas. | Disponibilidade de linhas de crédito rotativo. |
| Risco de solvência | Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas. | Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia. |

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **(a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxa de câmbio: A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2024, operações de *hedge* cambial, para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 17.7. (ii) Risco de taxas de juros e índices de preços: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida e rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 17.7. (iii) Risco de preço de *commodities*: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

| 2024 | 2023 | |
|--|-----------------|-----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | 28.143 | 48.310 |
| Lucro líquido do exercício | 28.143 | 48.310 |
| Ajustado por: | | |
| Depreciação e amortização | 3.724 | 988 |
| Baixa e/ou alienação de ativos não circulantes | 88 | - |
| Equivalência patrimonial | (29.183) | (31.092) |
| Tributos sobre o lucro | (522) | 2.809 |
| Resultado financeiro, líquido | (2.144) | (5.199) |
| Outros | 228 | (227) |
| Alterações no capital de giro: | | |
| Contas a receber de clientes e outros | (65.052) | 31.361 |
| Fornecedores e contas pagar | 23.425 | (21.649) |
| Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos | 1.235 | 955 |
| Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos | 1.375 | 607 |
| Provisões, líquidas dos depósitos judiciais | 304 | (584) |
| Outros ativos e passivos, líquidos | (962) | 6.072 |
| Caixa (consumido) gerado nas operações | (39.341) | 32.351 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos | 36.754 | 33.754 |
| Encargos de dívidas pagas | (6.228) | (7.319) |
| Instrumentos derivativos recebidos, líquidos | 1.742 | 1.963 |
| Rendimento de aplicação financeira | 10.939 | 13.770 |
| Pagamento de Juros - Arrendamentos | (365) | (44) |
| Tributos sobre o lucro pagos | (465) | (2.495) |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | 3.036 | 71.980 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | |
| Aquisição de imobilizado e intangível | (13.980) | (11.129) |
| Aplicação de títulos e valores mobiliários | (9.162) | (3.150) |
| Resgate de títulos e valores mobiliários | 1.774 | 3.354 |
| Caixa consumido nas atividades de investimentos | (21.368) | (10.905) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 39 | - |
| Pagamento dos custos de captação | - | (104) |
| Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos | (17.540) | (14.857) |
| Depósitos em garantias | (337) | (364) |
| Obrigações vinculadas às concessões | - | - |
| Pagamento de principal - Arrendamentos | (1.024) | (155) |
| Instrumentos derivativos recebidos, líquidos | 1.600 | - |
| Remuneração paga aos acionistas | (11.473) | (20.403) |
| Caixa consumido nas atividades de financiamentos | (28.735) | (35.883) |
| (Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício | (47.067) | 25.192 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 122.525 | 97.333 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 75.458 | 122.525 |
| Transações que não envolveram caixa: | | |
| Capitalização de instrumento financeiro (NDF) (nota 12.3.b) | 6 | - |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

| Notas | 2024 | 2023 | |
|--|-------|----------------|----------------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8 | 75.458 | 122.525 |
| Contas a receber de clientes e outros | 9 | 217.486 | 154.709 |
| Títulos e valores mobiliários | 8 | 7.571 | 3.921 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 13,3 | 4.000 | 3.197 |
| Tributos sobre o lucro a recuperar | 7,1,3 | 4.000 | 315 |
| Outros tributos a recuperar | 7,2,1 | 13.281 | 15.031 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a receber | 10 | 7.246 | 13.385 |
| Outros ativos circulantes | | 5.657 | 2.585 |
| Total do circulante | | 331.260 | 311.743 |
| Não circulante | | | |
| Contas a receber de clientes e outros | 9 | 23.289 | 19.843 |
| Títulos e valores mobiliários | | 1.624 | 1.693 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 13,3 | 7 | 3.921 |
| Tributos sobre o lucro a recuperar | 7,1,3 | 14.867 | 14.160 |
| Outros tributos a recuperar | 7,2,1 | 3.750 | 3.542 |
| Tributos sobre o lucro diferidos | 7,1,2 | 45.444 | 45.276 |
| Depósitos judiciais | 14 | 13.424 | 12.540 |
| Investimentos em participação societária | 10 | 312.226 | 313.658 |
| Direito de uso | | 1.408 | 702 |
| Imobilizado | | 5.750 | 3.880 |
| Intangível | 11 | 22.661 | 13.239 |
| Total do não circulante | | 444.450 | 430.454 |
| Total do ativo | | 775.710 | 742.197 |
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores e contas a pagar | 12 | 216.369 | 192.944 |
| Empréstimos e financiamentos | 13,2 | 20.463 | 17.307 |
| Passivo de arrendamento | | 512 | 206 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 13,3 | 6.710 | 4.060 |
| Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar | | 11.261 | 10.026 |
| Outros tributos a recolher | 7,2,2 | 8.091 | 6.203 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 15,2 | 6.684 | 11.474 |
| Outros passivos circulantes | | 7.626 | 2.024 |
| Total do circulante | | 277.716 | 244.244 |
| Não circulante | | </ | |



| Norma | Descrição da alteração | Vigência |
|--|---|-------------------------------------|
| IFRS 16/ CPC 6 (R2), Arrendamentos | As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação. | 01/01/2024, aplicação retrospectiva |
| IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa | Divulgação de operações de Risco Sacado (Reverse factoring), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia. | 01/01/2024, aplicação retrospectiva |

Para as emendas e normativas listadas acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

| Norma | Descrição da alteração | Vigência |
|--|---|-------------------------------------|
| Resolução CVM nº 223/ OCP 10: Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBOI) | O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (CO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBOI) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras. | 01/01/2025, aplicação retrospectiva |
| IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/ | As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo. | 01/01/2026, aplicação retrospectiva |
| IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros | As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais das passagens de instrumentos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ("ASG" ou "ESG"). | 01/01/2026, aplicação retrospectiva |
| IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras | A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtópicos darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras. | 01/01/2027, aplicação retrospectiva |
| IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade | IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS Accounting Standards para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos. Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 Consolidated Financial Statements e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão. | 01/01/2027 |

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras, e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| | 2024 | 2023 |
|---|------------------|------------------|
| Fornecimento de energia | 1.592.581 | 1.635.042 |
| Câmara de Comercialização de Energia - CCEE | 17.227 | 5.026 |
| Outras receitas | 23.740 | 16.542 |
| Receita operacional bruta | 1.633.548 | 1.656.610 |
| (-) Deduções da receita bruta (nota 3.1) | (236.871) | (229.170) |
| Receita operacional, líquida | 1.396.677 | 1.427.440 |

3.1. Deduções de receita bruta:

| | 2024 | 2023 |
|---|------------------|------------------|
| Tributos | | |
| Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS | (94.914) | (83.176) |
| Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | (141.038) | (144.954) |
| Imposto Sobre Serviços - ISS | (919) | (1.040) |
| Total | (236.871) | (229.170) |

3.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando o custo de captação. **b) Estimativas e julgamento crítico:** A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. A Companhia utiliza-se das seguintes premissas para venda de energia na CCEE: - Contratos de compra e venda vigentes à época; - Contratos de compra e venda definidos no curto prazo; - Apuração do saldo de energia dado pelas diferenças do volume de compras e vendas; - Valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE; - Segregação do volume financeiro de contratos faturados e não faturados no mês.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

| | 2024 | 2023 |
|--|--------------------|--------------------|
| Compra para revenda | | |
| Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL | (1.454.420) | (1.486.516) |
| Energia curto prazo - PLD ⁽¹⁾ | (2.700) | (3.135) |
| Outros | (1.864) | (1.278) |
| Subtotal | (1.458.984) | (1.490.929) |
| Créditos de PIS e COFINS | 133.674 | 137.219 |
| Total | (1.325.310) | (1.353.710) |

⁽¹⁾ PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

5. DESPESAS OPERACIONAIS

| | 2024 | | 2023 | |
|--|---------------------|---|-----------------|-------|
| | Despesas com vendas | Outras receitas (despesas) gerais e administrativas | Total | Total |
| Pessoal e benefícios a empregados (nota 5.1) | (20.316) | (28.124) | (48.440) | |
| Serviços de terceiros | (7.623) | (3.615) | (11.238) | |
| Depreciação e amortização | (2.606) | (1.118) | (3.724) | |
| Propaganda e publicidade | (5.793) | (1.217) | (7.010) | |
| Provisão pra processos judiciais | - | (319) | (319) | |
| Outras receitas e despesas, líquidas | (4.036) | (651) | (4.687) | |
| Total | (40.374) | (34.944) | (75.318) | |
| | 2023 | | 2024 | |
| | Despesas com vendas | Outras receitas (despesas) gerais e administrativas | Total | Total |
| Pessoal e benefícios a empregados (nota 5.1) | (11.152) | (29.550) | (40.702) | |
| Serviços de terceiros | (7.326) | (1.260) | (8.586) | |
| Depreciação e amortização | (845) | (143) | (988) | |
| Propaganda e publicidade | (3.367) | (2.714) | (6.081) | |
| Provisão pra processos judiciais | - | 132 | 132 | |
| Outras receitas e despesas, líquidas | (1.056) | (779) | (1.835) | |
| Total | (23.746) | (34.314) | (58.060) | |

5.1 Pessoal e benefícios a empregados

| | 2024 | 2023 |
|---|-----------------|-----------------|
| Remunerações | (22.057) | (19.612) |
| Encargos sociais | (8.982) | (7.770) |
| Auxílio alimentação | (2.008) | (1.737) |
| Convênio assistencial e outros benefícios | (2.441) | (2.174) |
| Provisão para férias e 13º salário | (4.567) | (3.955) |
| Plano de saúde | (2.233) | (1.542) |
| Participação nos resultados | (5.319) | (3.910) |
| Outros | (333) | (2) |
| Total | (48.440) | (40.702) |

6. RESULTADO FINANCEIRO

| | 2024 | 2023 |
|--|-----------------|-----------------|
| Recursos Financeiros | | |
| Renda de aplicações financeiras | 10.939 | 13.770 |
| (-) Tributos sobre receita financeira | (720) | (970) |
| Atualização de depósitos judiciais | 884 | 917 |
| Outras receitas financeiras ⁽¹⁾ | 1.294 | 4.157 |
| Total | 13.097 | 17.874 |
| Despesas Financeiras | | |
| Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽²⁾ | (7.695) | (10.486) |
| Fee de garantia ⁽³⁾ | (794) | (972) |
| Atualização de provisões para processos judiciais | (3.352) | (2.538) |
| Outras despesas financeiras | (764) | (1.109) |
| Total | (12.605) | (15.105) |
| Outros resultados financeiros, líquidos | | |
| Perdas com instrumentos financeiros derivativos | (621) | (1.044) |
| Ganhos com instrumentos financeiros derivativos | 1.042 | 1.711 |
| Perdas com variações monetárias | (23) | (8) |
| Ganhos com variações monetárias ⁽⁴⁾ | 1.254 | 1.771 |
| Total | 1.652 | 2.430 |
| Resultado financeiro líquido | 2.144 | 5.199 |

⁽¹⁾ Inclui juros e encargos de clientes e receitas financeiras sobre rescisões contratuais; ⁽²⁾ Inclui a parcela variável dos juros relacionada a indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, CDI e outros) e amortização de custos de captação; ⁽³⁾ Refere-se principalmente a amortização da cobrança de fee, pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia; ⁽⁴⁾ Inclui atualização, pela Selic, do saldo de reconhecimento da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresen-

tados a seguir:

| | 2024 | 2023 |
|---|----------------|-----------------|
| Lucro antes dos tributos sobre o lucro | 27.421 | 51.119 |
| Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34% | (9.391) | (17.380) |
| Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro: | | |
| Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio | - | 3.400 |
| Resultado de participações societárias | 9.922 | 10.572 |
| Multas indedutíveis | (1) | - |
| Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos | - | 190 |
| Outras adições (reversões) | (8) | 409 |
| Tributos sobre o lucro | 522 | (2.809) |
| Alíquota efetiva | (1,89)% | 5,50% |
| Corrente | (777) | (2.622) |
| Diferido | 1.299 | (187) |
| 7.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. | | |
| | 2024 | 2023 |
| Prejuízo fiscal (inclui base negativa) | 26.507 | 26.952 |
| Diferenças temporárias: | | |
| Provisão para processos judiciais | 10.465 | 9.222 |
| Perdas estimadas de créditos - Contas a receber | 1.728 | 2.339 |
| Arrendamentos capitalizados | 47 | 14 |
| PLR | 3.601 | 2.934 |
| Valor justo de instrumentos financeiros | 2.319 | 1.211 |
| Outros | 777 | 604 |
| Total | 45.444 | 43.276 |

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

| | 2024 | 2023 |
|--|---------------|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | | |
| Efeitos reconhecidos no resultado | 1.299 | - |
| Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes | 869 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 45.444 | 43.276 |

| | 2024 | 2023 |
|--|---------------|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | | |
| Efeitos reconhecidos no resultado | 1.877 | - |
| Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes | 3.415 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 43.276 | 41.403 |

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção dos lucros tributáveis futuros, baseados nas projeções do planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2024, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

| | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | Entre 2029 a 2033 |
|-----------------------|-------|------|-------|-------|-------------------|
| Ativo fiscal diferido | 1.952 | 802 | 8.527 | 6.989 | 27.174 |

7.1.3 Tributos correntes ativos e passivos:

| | 2024 | 2023 |
|----------------|---------------|---------------|
| IRPJ | 9.881 | 9.324 |
| CSLL | 5.547 | 5.151 |
| Ativo | 15.428 | 14.475 |
| Circulante | 561 | 315 |
| Não circulante | 14.867 | 14.160 |

7.1.4 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía valores reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía o montante de R\$ 9.785 e R\$ 9.074, respectivamente, cujo prognóstico de perda foi considerado possível pelos assessores jurídicos da Companhia. As principais naturezas são processos administrativos oriundos da não homologação de pedidos de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL. **7.1.5 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas no tratamento de tributos sobre o lucro representando os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis e legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2 Outros tributos: 7.2.1 Outros tributos a recuperar:**

| | Ref. | 2024 | 2023 |
|---|------|---------------|---------------|
| Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS | | 820 | 799 |
| Programa de Integração Social - PIS | (a) | 2.895 | 3.177 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | (a) | 13.316 | 14.597 |
| Outros tributos a recuperar | | 17.031 | 18.573 |

7.2.2 Outros tributos a recolher:

| | 2024 | 2023 |
|----------------|--------|--------|
| Circulante | 13.281 | 15.031 |
| Não circulante | 3.750 | 3.542 |

(a) Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos, acolhendo-os em parte para (i) modular no tempo a decisão de inconstitucionalidade, cujos efeitos se darão após 15.03.2017 (data do julgamento do mérito do *leading case*), exceto para ações judiciais ou administrativas protocoladas até a referida data; e (ii) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destacada no faturamento, e não a efetivamente paga. A Companhia possui um processo ajuizado, cuja decisão judicial ainda não transitou em julgado. Com base no prazo prescricional, de acordo com o art. 206 do Código Civil, atualmente a empresa não possui nenhum valor a ser repassado aos clientes, mantendo assim apenas os valores registrados no seu ativo no montante de R\$ 2.930 (R\$ 2.743 em 31 de dezembro de 2023), referente ao processo cuja decisão judicial ainda não transitou em julgado. A Companhia vem adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com a regulamentação expedida pela RFB. **7.2.2 Outros tributos a recolher:**

| | 2024 | 2023 |
|--|--------------|--------------|
| Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS | 5.012 | 3.200 |
| Impostos e contribuições retidos na fonte | 1.890 | 1.861 |
| Outros | 1.189 | 1.142 |
| Total outros tributos a recolher | 8.091 | 6.203 |

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 2024 | 2023 |
|--|---------------|----------------|
| Caixa e depósitos bancários à vista | 10.466 | 511 |
| Certificado de Depósito Bancário (CDB) | 34.697 | 13.827 |
| Fundos de investimento | 30.295 | 108.187 |
| Total | 75.458 | 122.525 |

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 e de 99,09% (100,49% em 31 de dezembro de 2023) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

| | 2024 | 2023 |
|--------------------------|---------------|----------------|
| Carteira | | |
| Fundos exclusivos | | |
| Operações compromissadas | 30.295 | 108.187 |
| Total | 30.295 | 108.187 |

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

| | 2024 | | 2023 | |
|--------------------------------------|----------------|------------------------------|----------------|------------------------------|
| | Receivável | Perdas de créditos esperadas | Receivável | Perdas de créditos esperadas |
| Fornecimento de energia | 66.321 | (5.046) | 61.275 | 26.635 |
| Fornecimento de energia não faturada | 173.307 | (36) | 173.271 | 152.524 |
| Comercialização de energia na CCEE | 4.607 | - | 4.607 | 972 |
| Serviços | 1.622 | (1.622) | 1.300 | - |
| Total | 245.857 | (5.082) | 240.775 | 181.431 |
| Ativo circulante | | | 217.486 | 154.709 |
| Ativo não circulante | | | 23.289 | 19.843 |

9.1 Fornecimento de energia: O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

| | 2024 | | 2023 | |
|------------------------|----------------|------------------------------|----------------|------------------------------|
| | Receivável | Perdas de créditos esperadas | Receivável | Perdas de créditos esperadas |
| A vencer | 224.707 | (1.336) | 171.547 | (2.132) |
| Saldo vencidos: | 14.921 | (3.746) | 7.612 | (4.747) |
| entre 1 e 90 dias | 9.753 | (270) | 1.315 | (243) |
| entre 91 e 180 dias | 322 | (229) | 197 | (210) |
| entre 181 e 360 dias | 407 | (422) | 574 | (726) |
| Acima de 361 dias | 4.439 | (2.825) | 5.526 | (3.568) |
| Total | 239.628 | (5.082) | 179.159 | (6.879) |

9.2 Variação das perdas de créditos esperadas - PCE:

| | 2024 | 2023 |
|--|------|------|
|--|------|------|



A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

| | 2024 | 2023 |
|--|----------------|--------------|
| Derivativos não designados para contabilidade de hedge | | |
| Contratados para proteção de dívidas | 3.960 | 6.888 |
| Contratados para proteção de outras operações | (6.711) | (3.864) |
| Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa | | |
| Contratados para proteção de outras operações | 48 | (13) |
| | (2.703) | 3.011 |

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

| | 2024 | | 2023 | | |
|---|---------------------|------------------------------|----------------|---------------------|------------------------------|
| | Proteção de dívidas | Proteção de outras operações | Total | Proteção de dívidas | Proteção de outras operações |
| Saldo inicial | 6.888 | (3.877) | 3.011 | 8.161 | 6.552 |
| Ganho (perda) reconhecido no resultado | 417 | (226) | 191 | 690 | 205 |
| Ganho (perda) reconhecido no Caixa | - | (6) | (6) | - | - |
| Liquidação financeira entradas (saídas) | (3.345) | 3 | (3.342) | (1.963) | (1.963) |
| Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente | - | (2.557) | (2.557) | - | (10.634) |
| Saldo final | 3.960 | (6.663) | (2.703) | 6.888 | (3.877) |
| Ganho (perda) reconhecido no resultado | | | | | |
| Resultado financeiro, líquido | 417 | 4 | 421 | 690 | (23) |

c) Política contábil: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são reconhecidas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge econômica*, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. Nas operações designadas como *hedge accounting*, a Companhia documenta no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo imobilizado/intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. **d) Estimativas e julgamentos críticos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 17.3 e 17.8, respectivamente.

14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

14.1. Provisão para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

| | Provisões cíveis | Provisões trabalhistas | Provisões fiscais | Total |
|---|------------------|------------------------|-------------------|---------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 17.080 | 136 | 9.909 | 27.125 |
| Adições e reversões, líquido | 304 | - | 722 | 304 |
| Atualização monetárias | 2.616 | 14 | 722 | 3.352 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 20.000 | 150 | 10.631 | 30.781 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 15.442 | - | 9.033 | 24.475 |
| Adições e reversões, líquido | - | 112 | 876 | 112 |
| Atualização monetárias | 1.638 | 24 | 876 | 2.538 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 17.080 | 136 | 9.909 | 27.125 |

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos: (I) Processos cíveis: - Ação cível de cumprimento de sentença arbitral, devido a controvérsia envolvendo contrato de compra e venda de energia elétrica, relacionado ao preço, que supostamente teria sido praticado em desconformidade com o que havia sido acordado, no montante de R\$ 20.000 (R\$ 17.080 em 31 de dezembro de 2023). (II) Processos fiscais: - Processos administrativos, de ação anulatória do auto de infração relacionadas a ICMS, em razão de descumprimento de obrigações acessórias, bem como suposta indicação incorreta no DECLAN IPM, no valor de R\$ 10.631 (R\$ 9.909 em 31 de dezembro de 2023). **b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes, que correspondem a processos judiciais não provisionados, são apresentados a seguir:

| | 2024 | 2023 |
|------------------------|----------------|----------------|
| Processos cíveis | 346 | 297 |
| Processos trabalhistas | - | 139 |
| Processos fiscais (I) | 260.582 | 245.475 |
| | 260.928 | 245.911 |

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (I) Processos fiscais: - Ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, PIS/COFINS, CIDE, entre outros. A Companhia possui em total estimado de R\$ 260.582 (R\$ 245.475 em 31 de dezembro de 2023) em processos fiscais com expectativa de perda possível, que se referem, em sua maioria, ao auto de infração no valor de R\$ 240.648 (R\$ 226.536 em 31 de dezembro de 2023), cujo processo é o de número 4072470-0, autuado pela Receita Federal, para o recolhimento de ICMS supostamente devido no período em que esteve vigente liminar de substituição tributária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

| | 2024 | 2023 |
|-------------------|---------------|---------------|
| Processos cíveis | 13.347 | 12.471 |
| Processos fiscais | 77 | 69 |
| | 13.424 | 12.540 |

14.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: As provisões são reconhecidas

16.1 Saldo em aberto com partes relacionadas:

| | 2024 | | | 2023 | | |
|--|----------------------------|--------------|-------------------------|----------------------------|----------------|-------------------------|
| Ativo | Subsidiárias da Neoenergia | Acionista | Controladas e Coligadas | Subsidiárias da Neoenergia | Acionista | Controladas e Coligadas |
| Contas a receber e outros (a) / (b) | 70.987 | - | - | 70.987 | 41.025 | - |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (c) | - | - | 7.246 | 7.246 | - | 13.385 |
| Outros ativos | - | 309 | - | 309 | 362 | 362 |
| | 70.987 | 309 | 7.246 | 78.542 | 41.025 | 13.385 |
| Passivo | | | | | | |
| Fornecedores e contas a pagar (a) / (b) | 143.938 | 614 | - | 144.552 | 140.501 | 656 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (d) | - | 6.684 | - | 6.684 | 11.474 | 11.474 |
| Outros passivos | 7 | 27 | - | 34 | - | - |
| | 143.945 | 7.325 | - | 151.270 | 140.501 | 12.130 |

16.2 Transações com partes relacionadas:

| | 2024 | | | 2023 | | |
|---------------------------------------|----------------------------|----------------|-----------|----------------------------|------------------|----------------|
| Resultado do exercício | Subsidiárias da Neoenergia | Acionista | Coligadas | Subsidiárias da Neoenergia | Acionista | Coligadas |
| Receita operacional líquida (a) / (b) | 233.115 | - | - | 233.115 | 205.878 | 16.988 |
| Custos dos serviços (a) / (b) | (967.031) | - | - | (967.031) | (1.004.344) | (144.395) |
| Despesas com vendas | - | - | - | - | - | - |
| Despesas gerais e administrativas | (220) | (1.370) | - | (1.590) | (129) | (656) |
| Resultado financeiro líquido | (794) | (294) | - | (794) | (972) | (785) |
| | (734.136) | (2.164) | - | (736.300) | (798.595) | (1.628) |

16.3 Principais Transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 15.1 e 15.2 referem-se a:

| Item | Empresa relacionada | Tipo de transação | Índice de correção/remuneração contratual | Prazo | Vencimento | Ativo / Passivo | Resultado do exercício |
|------|--|---|---|-----------------------|-------------------|-----------------|------------------------|
| a) | Águas da Pedra, Arizona 1, Caetité 1, Caetité 2, Caetité 3, Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4, Calango 5, Calango 6, Canoas, Canoas 2, Canoas 3, Canoas 4, Chafariz 1, Chafariz 2, Chafariz 3, Chafariz 4, Chafariz 5, Chafariz 6, Chafariz 7, Geração Ceu Azul, Geração CIII, Itapebi, Lagoa 1, Lagoa 2, Lagoa 3, Lagoa 4, Luzia 2, Luzia 3, Mel 2, Otis 1, Otis 10, Otis 2, Otis 21, Otis 22, Otis 3, Otis 4, Otis 5, Otis 6, Otis 7, Otis 8, Otis 9, Santana 1, Santana 2, Terpopernambuco, Ventos de Arapuá 1, Ventos de Arapuá 2, Ventos de Arapuá 3 | Contrato (ACL e CP) de compra e venda de energia elétrica | IPCA | Entre 1 ano e 24 anos | Entre 2024 e 2034 | (73.544) | (743.214) |
| b) | Águas da Pedra, Arizona 1, Caetité 1, Caetité 2, Caetité 3, Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4, Calango 5, Calango 6, Canoas, Canoas 2, Canoas 3, Canoas 4, Chafariz 1, Chafariz 2, Chafariz 3, Chafariz 4, Chafariz 5, Chafariz 6, Chafariz 7, Geração Ceu Azul, Geração CIII, Itapebi, Lagoa 1, Lagoa 2, Lagoa 3, Lagoa 4, Luzia 2, Luzia 3, Mel 2, Otis 1, Otis 10, Otis 2, Otis 21, Otis 22, Otis 3, Otis 4, Otis 5, Otis 6, Otis 7, Otis 8, Otis 9, Santana 1, Santana 2, Terpopernambuco, Ventos de Arapuá 1, Ventos de Arapuá 2, Ventos de Arapuá 3 | Serviços de gestão de energia | IPCA | 1 ano | 2024 | 775 | 9.298 |
| c) | Potiguar Sul | Dividendos a receber | - | N/A | 2025 | 7.246 | - |
| d) | Neoenergia S.A. | Dividendos a pagar | - | N/A | 2025 | (6.684) | - |

16.4 Remuneração da administração (pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

| | 2024 | | | 2023 | | |
|---------------------------------------|----------------|--------------|---------------|----------------|--------------|----------------|
| | CA | VJORA | VJR | CA | VJORA | VJR |
| Ativos financeiros | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 45.163 | - | 30.295 | 14.338 | - | 108.187 |
| Títulos e valores mobiliários | 9.195 | - | - | 1.693 | - | - |
| Contas a receber de clientes e outros | 245.857 | - | - | 181.431 | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 48 | 3.959 | - | 227 | 6.887 |
| Outros ativos financeiros | 346 | - | - | 420 | - | - |
| | 300.561 | 48 | 34.254 | 197.882 | 227 | 115.074 |
| Passivos financeiros | | | | | | |
| Fornecedores e contas a pagar | 216.369 | - | - | 192.944 | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 66.660 | - | - | 83.031 | - | - |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 6.710 | - | - | 4.103 | - |
| Passivo de arrendamento | 1.533 | - | - | 732 | - | - |
| Outros passivos financeiros | 165 | - | 1.680 | 116 | - | 2.113 |
| | 284.727 | 6.710 | 1.680 | 276.823 | 4.103 | 2.113 |

CA – Custo amortizado; VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; VJR – Valor justo por meio do resultado.

17.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 17.8 (análise de sensibilidade). **17.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR") ou "VJORA":** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

| | 2024 | | 2023 | |
|--------------------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | Nível 2 | Total | Nível 2 | Total |
| Ativos financeiros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 30.295 | 30.295 | 108.187 | 108.187 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 4.007 | 4.007 | 7.14 | 7.14 |
| | 34.302 | 34.302 | 115.301 | 115.301 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6.710 | 6.710 | 4.103 | 4.103 |
| Outros passivos | 1.680 | 1.680 | 2.113 | 2.113 |
| | 8.390 | 8.390 | 6.216 | 6.216 |

das quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional, e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **17.4 Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolvem o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital social: O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 231.992, representando ações ordinárias, todas pertencentes à Neoenergia S.A.

15.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas:

a) Lucro por ação: Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

| | 2024 | 2023 |
|---|-------------|-------------|
| Lucro líquido do exercício | 28.143 | 48.310 |
| Média ponderada de número ações em circulação | 231.992 | 231.992 |
| | 0,12 | 0,21 |

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

| | 2024 | 2023 |
|---|---------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 28.143 | 48.310 |
| Reserva legal | (1.407) | (2.416) |
| Lucro líquido ajustado | 26.736 | 45.894 |
| Destinação para outros reservas de lucros | - | (32.921) |
| Lucro líquido a distribuir | 26.736 | 12.973 |
| Remuneração | | |
| Mínima obrigatória | 6.684 | 12.973 |
| Remuneração adicional | 20.052 | - |
| | 26.736 | 12.973 |
| Natureza da remuneração | | |
| Dividendos | 26.736 | 2.973 |
| JCP ^(b) | - | 10.000 |
| | 26.736 | 12.973 |

^(b) Para fins de mínimo obrigatório, é considerado o valor líquido de IRRF. Os valores deliberados aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

| | Deliberação | Natureza da remuneração | Valor deliberado | Valor por ação |
|-------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|------------------|----------------|
| 2024 | | | | |
| AGOE de 30 de abril de 2024 | Dividendos mínimos obrigatórios 2023 | 2.973 | 0,012815 | |
| | | 2.973 | | |
| 2023 | | | | |
| RCA de 14 de dezembro de 2023 | Juros sobre Capital Próprio 2023 | 10.000 | 0,0431049 | |
| | | 10.000 | | |

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

| | 2024 | 2023 |
|--|---------------|---------------|
| Saldo inicial do exercício | 11.474 | 20.404 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio: | | |
| Dividendos declarados | 6.684 | 2.973 |
| Juros sobre capital próprio declarados | - | 10.000 |
| Imposto de renda retido na fonte - IRRF | (2.973) | (24) |
| Dividendos pagos no exercício | (2.973) | (24) |
| Juros sobre capital próprio pagos no exercício | (8.501) | (20.372) |
| Saldo final do exercício | 6.684 | 11.474 |

15.3 Outros resultados abrangentes: A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa. **15.4 Reservas de lucros: 15.4.1 Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **15.4.2 Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76. **15.4.3 Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, parte do lucro líquido anual distribuído até o limite máximo do capital social ou proposta de aumento de capital da Companhia. **15.5 Política contábil:** O capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são com os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia e coligada. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de serviços administrativos; (iii) dividendos e JCP. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo:

siva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do swap na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ou no portal da *Bloomberg*. O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da NC Energia S.A.. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da NC Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da NC Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita na venda de energia:** Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia deriva principalmente do fornecimento de energia elétrica. A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Administração da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido aos assuntos anteriormente mencionados e a relevância dos valores envolvidos, consideramos o reconhecimento da receita na venda de energia como um principal assunto de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento de receita na venda de energia; (iii) testes, em base amostral, dos documentos comprobatórios sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; e (iv) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Com base nos

procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita na venda de energia e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de

não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Gabriela Rocha Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS 079489/O-4

